



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Publicado em: 27/12/2018 | Edição: 248 | Seção: 1 | Página: 16
Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.628, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o Conselho Superior de Governança no âmbito do Ministério da Defesa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Superior de Governança, órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo, que integra a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, tem a finalidade de definir diretrizes para a política de governança pública do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.

Art. 2º Compete ao Conselho Superior de Governança:

- I - direcionar e aprovar o planejamento estratégico setorial de defesa;
- II - promover o alinhamento estratégico e a interação dos programas e projetos das Forças Singulares que integrarão o portfólio estratégico de defesa, de modo a prioriza-los; e
- III - definir diretrizes e critérios para a estruturação do potencial estratégico de defesa em torno de capacidades conjuntas ou singulares.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, o Conselho Superior de Governança deverá:

- I - aprovar seu regimento interno e os atos necessários ao seu funcionamento;
- II - instituir grupos de trabalho e comissões, de caráter temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos; e

III - aprovar o calendário de reuniões ordinárias.

Art. 3º O Conselho Superior de Governança tem a seguinte composição:

- I - Ministro de Estado da Defesa, que o presidirá;
- II - Comandante da Marinha;
- III - Comandante do Exército;
- IV - Comandante da Aeronáutica;
- V - Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e
- VI - Secretário-Geral do Ministério da Defesa.

Art. 4º O Conselho Superior de Governança se reunirá ordinariamente pelo menos duas vezes por ano, com um quórum mínimo de cinco membros, e as decisões serão tomadas por consenso, observadas as disposições de seu regimento interno.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias do Conselho Superior de Governança serão convocadas pelo Presidente ou por iniciativa de qualquer de seus membros, observadas as disposições de seu regimento interno.

Art. 5º Caberá ao Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas apoiar o funcionamento do Conselho Superior de Governança.

Art. 6º A participação no Conselho Superior de Governança será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de dezembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

JOAQUIM SILVA E LUNA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada (pdf).

